

30 Anos
Sindifisco | MS
Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita
Estadual de Mato Grosso do Sul

www.sindifisco-ms.org.br



Diálogo com os Presidenciáveis 2022 define primeiro debate

Dirigentes da Fenafisco, Anfip e Sindifisco Nacional reuniram-se na terça-feira (24), com o economista Eduardo Fagnani e assessorias de comunicação, para debater os próximos passos acerca do projeto Presidenciáveis. Na oportunidade, foi decidido que o primeiro debate da série será no dia 10 de junho, em São Paulo, com o assessor econômico do PT e professor de Economia da Unicamp, Guilherme Melo.

O projeto tem por objetivo promover encontro com os principais candidatos à presidência e suas assessorias econômicas para discutir propostas de reforma tributária para o desenvolvimento do Brasil. O evento intitulado: Reforma Tributária – Diálogo com os Presidenciáveis 2022, é uma iniciativa das entidades do Fisco Estadual e Federal, sob coordenação técnica de Fagnani.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Instalada comissão para analisar proposta de Reforma Tributária

A Câmara dos Deputados criou a Comissão Especial da Reforma Tributária. Já na primeira reunião foram escolhidos Joaquim Passarinho do PL do Pará para presidente e a deputada Bia Kicis do PL do DF como relatora. O projeto de Reforma Tributária é de autoria do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança do PL de São Paulo, o texto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Em linhas gerais, a proposta substitui todos os tributos atuais por apenas três classes de impostos: sobre renda, consumo e propriedade. Segundo a proposta, esses tributos vão poder ser cobrados pelas esferas federal, estadual e municipal. Hoje, a tributação da renda cabe exclusivamente à União, enquanto os estados tributam preferencialmente o consumo e os municípios a propriedade. A Comissão agora terá 40 sessões para emitir um parecer.



Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br



Fome no Brasil supera média global e atinge mais as crianças

A insegurança alimentar no Brasil atingiu patamar recorde no final de 2021 e superou, pela primeira vez, a média global. Ela afeta mais mulheres, famílias pobres e pessoas entre 30 e 49 anos, grupos que geralmente têm mais filhos –comprometendo a atual geração de crianças brasileiras.

Segundo pesquisa global Gallup realizada desde 2006 em cerca de 160 países, a taxa de insegurança alimentar na população brasileira dobrou a partir de 2014, ano em que a economia entrou em recessão no governo Dilma Rousseff (2011-2016), e tem registrado crescimento medíocre desde então.

Segundo os dados do Gallup, analisados no Brasil pelo Centro de Políticas Sociais do FGV Social, a taxa saltou de 17% em 2014, para 36% no final de 2021. Pela primeira vez ela superou a média global (35%), aferida a partir de 125 mil questionários aplicados no mundo. Entre os 20% mais pobres brasileiros, 75% responderam afirmativamente se havia faltado dinheiro para a compra de alimentos nos últimos 12 meses.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Oxfam pede tributação dos mais ricos para ajudar mais pobres

A Oxfam estima que durante a pandemia surgiram no mundo mais 573 multimilionários – um a cada 30 horas -, e que, agora, a cada 33 horas, um milhão de pessoas entra no limiar da extrema pobreza. A diretora executiva da organização caritativa, Gabriela Bucher, defende no Fórum Económico Mundial, em Davos, a tributação dos mais ricos para apoio aos menos afortunados.

E a organização encontrou aliados. Um punhado de participantes ricos no fórum de Davos apelam aos líderes mundiais para enfrentarem a crise do custo de vida com aumento dos impostos para pessoas como eles e saíram à rua ao lado de ativistas de esquerda, apelando a sistemas fiscais mais justos em todo o mundo. A diretora alertou que 263 milhões de pessoas poderiam afundar-se na pobreza extrema este ano.



Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Os 10 homens mais ricos têm riqueza de 3,1 bilhões de pessoas

A pandemia de covid-19 beneficiou empresas e empresários do setor alimentício, grandes petrolíferas, gigantes farmacêuticas e o setor de tecnologia, afirma pesquisa da Oxfam publicada no mesmo dia da abertura do Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça).

O relatório “Lucrando com a Dor”, traz dados sobre o processo de concentração de riqueza impulsionado pela pandemia global. A pesquisa afirma que 573 novos bilionários foram formados desde o início da calamidade de saúde pública e agora o mundo têm 2.668 bilionários. Esse seleto clube de ultrarricos controla uma fortuna estimada em US\$ 12,7 trilhões, um aumento de 42% desde o início da pandemia de covid-19.

Leia mais “Lucrando com a Dor”,

(<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/lucrando-com-a-dor/>)



Contribuinte trabalha até 29 de maio só para pagar impostos

O dinheiro que os cidadãos e as empresas pagam em impostos é, entre outras coisas, para financiar o sistema público de saúde – e é muito dinheiro. Basta dizer que até domingo, dia 29 de maio, todo o fruto do trabalho de cada cidadão, este ano, terá sido só para pagar impostos, taxas e contribuições. A lista é de perder de vista; são 63 tipos de impostos, taxas e contribuições pagos pelos brasileiros. Os tributos estão nos produtos e serviços: PIS, Cofins, ICMS, ISS; nos salários, com INSS e Imposto de Renda; e também incidem sobre o patrimônio, para quem tem, por exemplo, um carro ou uma casa. O levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação considerou o período de maio de 2021 a abril de 2022.



Sancionada lei que facilita redução de tributos sobre combustíveis

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 14.352, que torna mais fácil para a União reduzir a cobrança de impostos sobre combustíveis. O Poder Executivo pode diminuir as alíquotas sobre biodiesel, óleo diesel, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo sem ser obrigado a compensar a perda de arrecadação. O texto foi publicado no Diário Oficial da União de quinta-feira (26).

A norma é resultado do projeto de lei do Congresso Nacional (PLN) 2/2022, aprovado em abril com relatório do senador Carlos Fávaro (PSD-MT). Em março, a Lei Complementar 192 zerou a cobrança do PIS e da Cofins sobre combustíveis em 2022 e estabeleceu a incidência do ICMS apenas uma vez, com base em alíquota fixa por volume comercializado. Segundo o Ministério da Economia, a perda de arrecadação com tributos federais pode chegar a R\$ 16,59 bilhões.



Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Lei federal vai causar rombo de quase R\$ 900 milhões ao MS

A aprovação do PLP 18/2022, que impõe um teto de cobrança em 17% de alíquota do ICMS sobre combustíveis, transportes, energia e telecomunicações vai causar prejuízos ao orçamento do Estado de Mato Grosso do Sul, com impacto direto no equilíbrio das contas públicas. A proposta classifica esses setores como essenciais e indispensáveis.

Em tramitação no Congresso Nacional, a proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados na quarta-feira (25) e agora segue para o Senado. Cálculos da equipe econômica da Sefaz-MS apontam uma perda estimada anual de aproximadamente R\$ 850 milhões, sendo R\$ 66 milhões com a retirada do ICMS sobre as tarifas de uso de transmissão e de distribuição de energia elétrica, R\$ 155 milhões de telecomunicações, R\$ 597 milhões da gasolina e R\$ 27 milhões do etanol.



Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br



Fenafisco condena tentativa de interferência no ICMS

A Fenafisco, vem a público manifestar preocupação e posicionamento contrário à tentativa da Câmara dos Deputados em aprovar o PLP 18/2022, apensado ao PLP 211/2021, que classifica como essenciais bens e serviços relativos aos combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, com a justificativa de reduzir o preço final para os consumidores.

A medida apresenta claras inconstitucionalidades relativas à competência tributária e fixação de alíquotas, fragiliza o Pacto Federativo, gera impactos irreversíveis à saúde financeira dos estados, e à prestação de serviços públicos (sobretudo à população mais carente), além de evidenciar que o suposto benefício...

Leia mais em

<https://sindifisco-ms.org.br/fenafisco/fenafisco-condena-tentativa-de-interferencia-no-icms/>

Ministério anuncia terceira troca de presidente da Petrobras

O Ministério de Minas e Energia anunciou em nota oficial na segunda-feira (23) a demissão de mais um presidente da Petrobras. Após 40 dias no cargo, José Mauro Ferreira Coelho foi dispensado. Ele foi o terceiro presidente da estatal no governo Jair Bolsonaro. Os dois anteriores, também demitidos, são Roberto Castello Branco e Joaquim Silva e Luna.

Para o lugar de José Mauro Coelho, o governo decidiu indicar Caio Mário Paes de Andrade, auxiliar do ministro Paulo Guedes no Ministério da Economia, onde ocupava o cargo de secretário de Desburocratização.



Governo reduz imposto de importação de arroz, feijão e carne



O governo federal decidiu pela redução de 10% nas alíquotas do imposto de importação sobre vários produtos. O objetivo é, segundo o Ministério da Economia, reduzir os impactos decorrentes da pandemia e da guerra entre Rússia e Ucrânia sobre os preços de insumos do setor produtivo.

Serão afetados pela medida produtos como feijão, carne, massas, biscoitos, arroz e materiais de construção, dentre outros. No total, 6.195 mercadorias, quase todos os bens importados, terão redução no imposto. A medida foi anunciada segunda-feira (23), em entrevista coletiva da equipe econômica do ministério. A redução se soma a outra, também de 10%, em novembro de 2021.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br

Estatal boliviana reduz 30% do fornecimento de gás natural

A Petrobras informou essa semana que vem recebendo, ao longo do mês de maio, volumes de gás natural inferiores aos solicitados no âmbito do contrato firmado com a estatal boliviana YPFB, o que está impactando o planejamento operacional da companhia brasileira.

“Tal redução da ordem de 30% não estava prevista e implica a necessidade de importação de volumes adicionais de gás natural liquefeito para atendimento aos compromissos de fornecimento da Petrobras”, diz a nota da estatal brasileira. A Petrobras também informou que está tomando as medidas cabíveis visando ao cumprimento do contrato pela YPFB.





Indústria saltou do 4º para o 2º lugar em participação no PIB de MS

Os últimos 15 anos foram de crescimento para o setor industrial, que passou do 4º para o 2º lugar em participação PIB de Mato Grosso do Sul. A indústria é responsável por R\$ 20,5 bilhões da soma das riquezas estaduais, ou seja, 22% do total. Dados levantados pela Fiems revelam que o crescimento se deu entre os anos de 2007 e 2019. Antes, o setor era responsável por 17% do total. Em 2019, segundo dados do IBGE e da Semagro, a soma das riquezas do Estado correspondia a R\$ 106,9 bilhões. Nesse período, a indústria sul-mato-grossense fez o caminho inverso, na comparação com a indústria nacional. Enquanto a indústria local aumentou sua participação no PIB estadual de 17% para 22%, a indústria nacional teve sua participação reduzida de 27% para 22%.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br



MS vai receber do Governo Federal R\$ 202 milhões do pré-sal

O governo federal, por meio do Banco do Brasil, vai repassar R\$ 7,7 bilhões para todos os estados, para o Distrito Federal e 5.569 municípios do valor relativo à arrecadação dos bônus de assinatura do leilão dos excedentes para exploração de petróleo e gás natural da cessão onerosa dos campos de Sépia e Atapu, no pré-sal.

De acordo com informações do Ministério de Minas e Energia, Mato Grosso do Sul ficará com R\$ 202 milhões do montante para investimentos na educação, saúde e obras de infraestrutura. O leilão foi realizado pela ANP em dezembro de 2021 e rendeu bônus de assinatura total de R\$ 11,1 bilhões. Segundo o ministério, os investimentos previstos são de R\$ 204 bilhões.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br


Sindifisco-MS se posiciona na mídia sobre teto do ICMS e reforma tributária

O governo federal, por meio do Banco do Brasil, vai repassar R\$ 7,7 bilhões para todos os estados, para o Distrito Federal e 5.569 municípios do valor relativo à arrecadação dos bônus de assinatura do leilão dos excedentes para exploração de petróleo e gás natural da cessão onerosa dos campos de Sépia e Atapu, no pré-sal.

De acordo com informações do Ministério de Minas e Energia, Mato Grosso do Sul ficará com R\$ 202 milhões do montante para investimentos na educação, saúde e obras de infraestrutura. O leilão foi realizado pela ANP em dezembro de 2021 e rendeu bônus de assinatura total de R\$ 11,1 bilhões. Segundo o ministério, os investimentos previstos são de R\$ 204 bilhões.



Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br



Desejamos a todos um excelente final de semana.

Leia mais em www.sindifisco-ms.org.br



@sindifiscoms



Sindifisco -MS



www.sindifisco-ms.org.br